

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Empregador deve manter plano de saúde de aposentado nas mesmas condições dos ativos

 O Tribunal manteve condenação para que a empresa preserve, em favor de empregado aposentado, o plano de saúde nas mesmas condições de cobertura e custeio oferecidas aos trabalhadores ativos, afastando a alegação de incompetência da Justiça do Trabalho por entender que a discussão está diretamente vinculada à relação de emprego.

♦ **RELEVÂNCIA:** Alerta-se para o risco de nulidade de cláusulas de migração compulsória de aposentados para planos com reajustes desproporcionais. Recomenda-se revisão das políticas de benefícios pós-aposentadoria, com formalização clara das regras de manutenção e custeio.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/eletricista-aposentado-podera-manter-plano-de-saude-de-empregados-ativos-da-cpfl>

2. Ônus de comprovar falsificação de assinatura em acordo é do empregado

 O Tribunal manteve acordo homologado judicialmente, ao entender que a alegação de falsificação de assinatura do trabalhador não foi comprovada, cabendo a quem contesta o ato jurídico o ônus da prova, nos termos do art. 429, I, do CPC.

♦ **RELEVÂNCIA:** Alerta-se para a importância de guarda adequada da documentação original de acordos e termos de transação, especialmente quando firmados por advogado com poderes específicos (art. 105 do CPC). Recomenda-se manter arquivo físico e digital dos instrumentos originais e comprovantes de pagamento, mitigando riscos em eventuais ações rescisórias.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/sem-prova-de-falsificacao-de-assinatura-tst-mantem-acordo-contestado-por-motorista>

3. Atrasos salariais reiterados geram dano moral presumido e autorizam rescisão indireta

 O Tribunal decidiu que o atraso reiterado no pagamento de salários, associado à ausência de recolhimento de FGTS e de contribuições previdenciárias, configura descumprimento grave das obrigações contratuais, autorizando a rescisão indireta e ensejando indenização por dano moral presumido, independentemente de crise financeira da empresa.

✦ **RELEVÂNCIA:** Alerta-se que dificuldades financeiras não afastam a responsabilidade do empregador quanto ao pagamento pontual de salários e encargos. Recomenda-se implementação de controle financeiro rigoroso para cumprimento das obrigações trabalhistas essenciais, evitando a caracterização de falta grave patronal e a exposição a indenizações por dano moral.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-jornalistica-deve-indenizar-auxiliar-de-marketing-por-atrasos-salariais-reiterados>

4. Retenção de passaporte de devedor trabalhista exige fundamentação concreta

 O Tribunal decidiu que a apreensão de passaporte como medida coercitiva para pagamento de dívida trabalhista depende de fundamentação específica quanto à capacidade financeira do devedor e eventual má-fé ou resistência ao cumprimento da obrigação, sob pena de ilegalidade da medida.

✦ **RELEVÂNCIA:** Alerta-se que a medida coercitiva pode ser aplicada a sócios e representantes legais de empresas em fase de execução, especialmente quando há indícios de ocultação patrimonial ou capacidade de pagamento não exercida. Recomenda-se monitoramento ativo das execuções trabalhistas e adoção de estratégias de negociação e quitação tempestiva de débitos, evitando a adoção de medidas coercitivas contra representantes da empresa.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/liberacao-de-passaportes-de-devedores-trabalhistas-depender-de-analise-dos-casos-concretos>

5. Não pagamento de adicional de insalubridade caracteriza falta grave e autoriza rescisão indireta

 O Tribunal reconheceu que a supressão do pagamento do adicional de insalubridade, devido em razão de exposição a agentes biológicos, constitui falta grave do empregador,

nos termos do art. 483, "d", da CLT, e autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, com pagamento de todas as verbas rescisórias como se fosse dispensa imotivada.

✦ **RELEVÂNCIA:** Alerta-se para o risco de rescisão indireta e condenação em verbas rescisórias integrais quando há supressão ou não pagamento de adicionais de risco reconhecidos por laudo pericial. Recomenda-se revisão periódica de laudos de insalubridade/periculosidade (PGRTR e LTCAT) e regularidade no pagamento das respectivas parcelas, evitando a caracterização de descumprimento contratual reiterado.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/clinica-arca-com-rescisao-indireta-por-nao-pagar-adicional-de-insalubridade-a-recepcionista>

5. TRF-3 afasta tutela possessória e reconhece inadequação do interdito proibitório para questionar exclusão de assentada da reforma agrária

📄 A 1ª Turma do TRF da 3ª Região deu provimento à apelação do INCRA para reformar a sentença e julgar improcedente ação de interdito proibitório proposta por beneficiária da reforma agrária. O Tribunal entendeu que não houve comprovação de posse atual nem de ameaça concreta e iminente de esbulho, além de afirmar que a ação possessória não é a via adequada para impugnar indiretamente ato administrativo de exclusão do Programa Nacional de Reforma Agrária.

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça a distinção entre a tutela possessória e o controle de atos administrativos no âmbito da reforma agrária e evidencia que a permanência em assentamentos depende do atendimento dos requisitos legais e que eventual discussão sobre exclusão do Programa deve ocorrer por meio da ação judicial adequada, preservando a segurança jurídica dos procedimentos administrativos.

🔗 <5000860-84.2025.4.03.6121>

6. TJSP condiciona suspensão de multa ambiental à prestação de garantia judicial idônea

📄 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP deu parcial provimento ao recurso do Estado de São Paulo para manter a tutela que suspendeu os efeitos de auto de infração ambiental, mas condicionou a suspensão da exigibilidade da multa à apresentação de garantia judicial idônea (depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia). O acórdão também destacou que a responsabilidade administrativa ambiental exige

demonstração de conduta e não pode ser fundamentada apenas na responsabilidade objetiva pelo dano ambiental.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para autuados em processos administrativos ambientais, pois reafirma que a suspensão da exigibilidade de multas ambientais depende da prestação de garantia judicial adequada.

🔗 [3003376-35.2026.8.26.0000](#)

7. TJSP mantém dever de recomposição ambiental e determina retificação prévia do CAR para execução da recuperação

📄 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP deu parcial provimento à apelação para adequar a forma de cumprimento da sentença, mantendo a obrigação de recomposição de APP e Reserva Legal. O Tribunal reconheceu que a perícia comprovou a existência de passivo ambiental, reafirmou a responsabilidade *propter rem* do atual proprietário e determinou que a retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) seja realizada previamente à execução das medidas de recuperação ambiental.

✦ **RELEVÂNCIA:** O precedente é relevante por reforçar que o CAR possui natureza declaratória e não prevalece sobre a realidade constatada em perícia, podendo ser determinada sua retificação judicial.

🔗 [1000701-80.2017.8.26.0346](#)

8. TJSP mantém condenação por dano ambiental e reconhece responsabilidade solidária de particular e Município por omissão fiscalizatória

📄 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP negou provimento às apelações e manteve a condenação de particular pela supressão de vegetação nativa em área de Mata Atlântica, bem como a responsabilidade solidária do Município de Ubatuba por omissão no dever de fiscalização ambiental. O acórdão reafirma a natureza objetiva e solidária da responsabilidade civil ambiental, determinando a recuperação da área degradada e, subsidiariamente, a indenização pelos danos ambientais.

✦ **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça entendimentos já consolidados pelo STJ sobre responsabilidade objetiva, teoria do risco integral e obrigação *propter rem* de reparação ambiental.

🔗 [1500508-12.2025.8.26.0642](#)

9. TJ-BA reconhece prescrição de ações indenizatórias individuais decorrentes de acidente ambiental

 Câmaras Cíveis do TJ-BA mantiveram sentenças que reconheceram a prescrição de ações propostas por pescadores e marisqueiras em busca de indenização por danos materiais e morais decorrentes do derramamento de óleo causado pelo incêndio de um navio. O Tribunal distinguiu a pretensão individual de reparação civil da reparação do dano ambiental coletivo, concluindo que a pretensão individual se sujeita ao prazo prescricional de três anos previsto no Código Civil.

♦ **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça a distinção entre a imprescritibilidade da reparação do dano ambiental coletivo e a prescrição das pretensões indenizatórias individuais decorrentes de um mesmo evento ambiental.

 <https://conjur.com.br/2026-ago-02/tj-ba-ratifica-prescricao-de-acoes-por-danos-decorrentes-de-incendio-em-navio/>

10. TRF-1 mantém vedação a requerimentos minerários em terras indígenas sem regulamentação legal

 A 12ª Turma do TRF-1 manteve sentença que determina à ANM o indeferimento e o cancelamento de requerimentos de pesquisa e exploração mineral incidentes sobre terras indígenas em Roraima. O Tribunal concluiu que, enquanto não houver lei regulamentando o art. 231, § 3º, da Constituição e autorização do Congresso Nacional, não é possível conceder ou manter em tramitação direitos minerários nessas áreas.

♦ **RELEVÂNCIA:** O precedente pode repercutir em debates sobre o uso de terras indígenas e conflitos fundiários e reafirma a necessidade de observância dos requisitos constitucionais para atividades econômicas em terras indígenas, preservando a segurança jurídica.

 <https://conjur.com.br/2026-ago-04/exploracao-mineral-em-terras-indigenas-depender-de-lei-e-de-aval-do-congresso/>

11. TJSP reconhece direito de migração de parcelamentos para o Acordo Paulista sem necessidade de inadimplência

 O Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento à apelação de uma empresa que pretendia migrar parcelamentos tributários em andamento para o programa de transação tributária Acordo Paulista, instituído pela Lei Estadual nº 17.843/2023. A Administração havia

negado o pedido sob o argumento de que o rompimento voluntário do parcelamento somente seria possível após mais de 90 dias de inadimplência, conforme previsto em resolução administrativa. O TJSP entendeu que a própria Lei nº 17.843/2023 autoriza a migração de parcelamentos regularmente adimplidos e confere ao contribuinte o direito de solicitar o imediato encaminhamento dos débitos para inscrição em dívida ativa, possibilitando sua consolidação na transação tributária.

♦ **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça a segurança jurídica dos contribuintes ao afirmar que a Administração não pode impor requisitos além dos previstos em lei para adesão ao Acordo Paulista. Para o agronegócio, a decisão beneficia produtores rurais e empresas com débitos de ICMS e evidencia a possibilidade de utilização de créditos acumulados de ICMS e de produtor rural na transação tributária.

🔗 [1000683-05.2026.8.26.0068.pdf](#)

12. CARF limita crédito presumido de PIS/Cofins sobre leite *in natura* às hipóteses previstas em lei

📄 Por unanimidade, o CARF conheceu parcialmente o recurso voluntário interposto por uma cooperativa agropecuária e deu-lhe parcial provimento para restabelecer os créditos de PIS/Cofins relativos a fretes na aquisição de leite *in natura*, combustíveis e parte do crédito presumido referente às aquisições de leite de não cooperados comprovadas nos autos, aplicando o entendimento firmado no Acórdão nº 3302-015.999 (recurso repetitivo).

♦ **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça a segurança jurídica na apuração de créditos de Cofins por cooperativas agropecuárias, reconhecendo créditos sobre despesas essenciais à atividade, ao mesmo tempo em que delimita o alcance do crédito presumido.

🔗 [10675.720528-2018-57.pdf](#)

13. TRF3 reconhece arrendamento rural disfarçado de parceria agrícola e mantém cobrança de IRPF

📄 A proprietária rural ajuizou ação para afastar a cobrança de IRPF decorrente de autuação da Receita Federal. Sustentou que os rendimentos obtidos entre 2003 e 2006 decorriam de parceria agrícola, razão pela qual deveriam ser tributados como atividade rural. A Receita Federal, contudo, reclassificou os contratos como arrendamento rural, entendendo que a contribuinte não participava efetivamente dos riscos da atividade, mas apenas recebia remuneração previamente garantida.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a nomenclatura adotada pelas partes não é suficiente para caracterizar um contrato como parceria rural. O aspecto determinante é a efetiva partilha dos riscos da atividade econômica. Se o proprietário recebe remuneração fixa, previamente garantida e sem assumir riscos da produção, a relação tende a ser qualificada como arrendamento rural, com os respectivos efeitos tributários.

🔗 [5002728-13.2023.4.03.6107.pdf](#)

14. CARF mantém arbitramento da atividade rural por ausência de escrituração e comprovação de condomínio rural

📄 O CARF manteve, em grande parte, autuação de IRPF decorrente de omissão de rendimentos, depósitos bancários sem origem comprovada e irregularidades na atividade rural. Quanto à atividade rural, entendeu que a ausência de escrituração e de documentação comprobatória autorizava o arbitramento do resultado em 20% da receita bruta, afastando apenas parte da multa qualificada em razão da retroatividade benigna.

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que o produtor rural deve manter a escrituração e a documentação da atividade rural, pois sua ausência autoriza o arbitramento do resultado tributável. Além disso, evidencia que a alegação de exploração da atividade rural em condomínio exige comprovação documental idônea, não sendo suficiente a mera apresentação de contrato desacompanhado de outros elementos probatórios.

🔗 [10166.731060-2016-12.pdf](#)

Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.